



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

PLANO CRUZADO: NOVAS MEDIDAS ECONÔMICAS

Cadeia nacional de rádio e televisão
Palácio do Planalto
4 de dezembro

Decisões tomadas para corrigir o Plano Cruzado, que tanto beneficiou o povo brasileiro.

1º de dezembro — O Governo diz que não pode pagar integralmente os encargos financeiros da dívida externa no próximo ano, porque o custo desse compromisso de US\$ 9 bilhões, seria o desemprego, o achatamento salarial e a recessão econômica.

2 de dezembro — O Governo vai dialogar com os trabalhadores para tentar resolver os impasses relativos à mudança na política salarial decorrentes das novas medidas econômicas. Porta voz-da Presidência da República diz que o Presidente José Sarney não vai se intimidar com as possíveis greves que poderão acontecer no País. A inflação prevista para o mês é de 10%. A popularidade do Presidente caiu, depois das medidas de correção do cruzado, de 95 para 54%. As explicações do Presidente na TV recuperaram 6% de apoio.

Brasileiras e brasileiros, boa-noite.

Estou aqui para algumas reflexões com vocês. Uma série de incompreensões e divulgações incompletas criou perplexidades e reações sobre as últimas medidas tomadas pelo Governo.

Aqui estou para assumir responsabilidades.

O Presidente da República tem que zelar pela nação.

É meu dever. Tenho de cumpri-lo.

As decisões tomadas para corrigir o Plano Cruzado destinam-se a salvar suas conquistas que são um patrimônio do povo.

Ele melhorou a vida das pessoas. Ele transformou o Brasil, e vai continuar.

Venho trazer uma palavra de tranquilidade. Nada de derrotismo. Enfrentamos dificuldades, é verdade, mas, no final, o Brasil será mais forte, e você com sua vida melhor.

O Brasil não vai caminhar para o despenhadeiro.

A esperança não morreu porque não há motivos para isso. Sempre fomos maiores do que nossas dificuldades.

O Plano Cruzado visou:

— acabar com a inflação alimentada pela própria inflação, aquilo que os economistas chamam de inflação inercial;

— manter os preços, através do congelamento, que faremos tudo para preservar. Retirar da frente do consumidor aquela máquina remarcadora que o acompanhava nos supermercados;

— retomar o desenvolvimento econômico, acabando com o desemprego;

— melhorar a condição de vida dos mais pobres, vítimas da corrosão dos salários e da injustiça social;

— acabar com a especulação financeira;

— implantar uma nova mentalidade do trabalho e da produção;

— banir a correção monetária.

Agora pergunto:

Estas coisas aconteceram? Vejam.

A inflação, que era de 300% ao ano, ficou em uma média de 1% a 2% ao mês. Somada nestes dez meses, está em torno de 10%. Menos do que 20 dias da inflação anterior ao Cruzado.

Criamos emprego para todo mundo. Temos a mais alta taxa de emprego da história do Brasil, a mais baixa de desemprego. Todos estão trabalhando. Não falta trabalho. Vamos nos lembrar que em anos bem recentes tivemos 13 milhões de desempregados.

Hoje, o Brasil é o País que mais cresceu no mundo: 8%.

Este ano vamos crescer mais de 10%. Em dois anos quase 20%.

Os assalariados obtiveram ganhos reais de 30%. Tivemos o ingresso de mais de 30 milhões de novos consumidores, em várias faixas do mercado. Fizemos a maior distribuição de renda da história brasileira. Os pobres tiveram vez.

Saímos da recessão, recessão que significa falta de emprego. Fábrica fechada, miséria, fome.

Voltou a paz nacional, o povo dialoga e vota. Consolidamos a democracia.

Que governantes deste País enfrentou o grande mundo da especulação financeira? Quem teve coragem de confrontar o carrossel dos acordos de preços e dos oligopólios? Quem teve a coragem de partir para mudanças profundas? Quem levantou a bandeira da reforma agrária, enfrentando invasores e pistoleiros? Quem teve coragem de afirmar internacionalmente o País, rompendo as dependências e iniciando a economia da cooperação na América Latina? Quem teve a coragem de voltar-se para uma afirmação de solidariedade em favor dos povos oprimidos do mundo? Quem teve a coragem de legalizar as centrais sindicais, os partidos políticos clandestinos, incorporando-os ao diálogo e à convivência política?

Quem estabeleceu um governo que não se submeteu a grupos de qualquer espécie, nem econômicos, nem financeiros, nem de tutelas?

Quem enfrentou o FMI, recusando a recessão? Quem recusou as teorias da ortodoxia? A nossa determinação.

Quem teve a coragem de proclamar sua opção pelos pobres, com um programa social extraordinário?

Tenho de pagar um preço por isso. Hoje eu sei como é difícil trabalhar pelos mais pobres. Mas, mais difícil será o país que não aceita que os pobres sejam ajudados.

A minha postura, a seriedade com que tenho exercido a Presidência da República me autorizam a afirmar que a Nação não tem motivos de pessimismo.

Estamos no melhor período de nossa história. Numa época de inédito crescimento. Num momento de grandes transformações. Éramos um País sem produção e sem consumo. Entregue à usura e ao jogo do dinheiro. Retiramos 85% da rentabilidade dos bancos. Enfrentamos, assim, os mais ricos.

O Plano Cruzado teve desde o princípio dois grandes inimigos: os radicais conhecidos, que, por motivos políticos, logo de saída, viram nele arrocho salarial, recessão, e convocaram greve geral.

Hoje, essas mesmas pessoas falam de novo em greve geral, justamente alegando defender as conquistas do Plano Cruzado, que elas antes negaram.

Outros inimigos eram os especuladores, aqueles que não se conformavam com o controle de preços, aqueles que tinham perdido o ganho fácil.

Tivemos de aplicar medidas enérgicas. Confisco, prisões, processos.

Começamos a lançar no mercado estoques reguladores para evitar a especulação. Fomos para a importação.

Tentaram parar os portos, alguns navios com carnes e outros gêneros tiveram de esperar dias e dias.

Nasceu o ágio, nasceu o câmbio negro, criaram-se em alguns setores problemas sérios de abastecimento.

Começamos a sofrer a fuga de capitais. Os investimentos não chegaram na proporção que esperávamos. A produção não crescia como o País necessitava.

Nós não podíamos deixar que o problema se agravasse. Para evitar que chegássemos a uma situação sem volta, resolvemos, mesmo com os riscos das reações que estamos tendo, enfrentar o problema, a fim de evitar dificuldades

maiores para o Brasil, perdendo as conquistas do Plano Cruzado.

O ágio, a alta vertiginosa dos juros, o câmbio negro do dólar e de mercadorias, a crise do comércio exterior surgida em outubro, com a queda de nossas reservas e a diminuição a um nível crítico de nossas exportações, a crise de abastecimento, e a sonegação de gêneros, abalaram o Cruzado. Foi necessária uma correção imediata. Estes fatos se precipitaram com uma velocidade extraordinária. Julgávamos que teríamos mais tempo para detê-los.

Não podemos arriscar o crescimento, o emprego de cada trabalhador, o funcionamento das indústrias, a preparação do País para a grande esperança de chegarmos ao século XXI entre os primeiros países do mundo.

Não sou economista. Sou homem de Estado que tem de ter a visão global dos problemas, receber sugestões e fazer opções. O pacote não é somente aumento de alguns preços. Ele tem uma filosofia. A área econômica é conduzida por homens competentes que formularam durante muitos anos a política econômica da resistência democrática ao autoritarismo. Pedi que eles ampliassem ao necessário a margem de consultas. Não adotei uma decisão solitária. Assim, desejo tranquilizar o País.

As medidas evitam dificuldades maiores. Fortificam a nossa economia na negociação da dívida externa.

São seus objetivos:

- evitar o recrudescimento da inflação;
- completar o Plano Cruzado acabando com os resíduos da correção monetária.

Estabelecemos a vinculação do câmbio a uma cesta internacional de moeda, como ocorre no mundo inteiro. Vinculamos a poupança aos rendimentos das letras do Banco Central, para melhorar seus rendimentos;

- adotar índices da inflação que não sejam fomentadores da própria inflação.

Não é admissível que flores, carnês de clube de futebol, automóveis usados, roupas de estação, etc., possam determinar o aumento do feijão, do arroz, do transporte,

enfim, da cesta do trabalhador, principalmente do mais pobre.

Mas, assim mesmo, o índice definitivo será discutido com os trabalhadores, buscando o critério honesto e justo.

O segundo conjunto de medidas visa a aumentar o nível de poupança, através de medidas fiscais, único instrumento de que o Governo dispõe para evitar que se crie uma corrida de consumo artificial, à procura de bens que a produção não tem capacidade de atender a curto prazo, e que dá margem ao ágio e ao câmbio negro.

Tivemos de adotar medidas. Quais foram estas medidas fiscais?

Aí tive que fazer opções.

Os técnicos me deram as seguintes alternativas: taxar alto o Imposto de Renda.

Recusei, porque sei que, embora esta providência fosse a mais fácil, ela recairia brutalmente sobre a classe média, onde se situa o maior número de contribuintes.

Outra opção: estabelecer uma poupança compulsória, obrigando todos os que recebem salários a depositar mensalmente determinada quantia numa caderneta.

Recusei também essa medida, porque ela iria diminuir os recursos da classe assalariada, recaindo sobre a classe média, mais uma vez, pesada carga.

Diminuir o subsídio do trigo. Eu não podia aumentar o preço do pão, que tanto pesa no orçamento do pobre.

Defendi a classe média; acusaram o governo de esmagá-la. A classe média não é egoísta. Ela tem sido a alavanca das mudanças no País. Ela não pode ser acusada de se recusar a um sacrifício mínimo em favor dos mais pobres. É uma intriga que não corresponde aos fatos.

Optei pelo aumento de outro imposto, o IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados), sobre alguns produtos de consumo final, para que esse aumento não se transformasse num encadeamento de pressão inflacionária.

Daí a justificativa de taxar bebidas alcoólicas, gasolina, cigarros, automóveis.

Se aumentássemos o óleo diesel, iríamos aumentar os transportes, aumentar o custo das cargas, o custo de indústrias que funcionam a motores diesel, atingindo toda a economia, com uma grave pressão inflacionária, recaindo sobre os mais pobres, como em cascata.

Taxamos a gasolina para não taxar o diesel e o gás de cozinha, evitando a subida da inflação.

O objetivo é preservar ao máximo a cesta básica.

Ajustamos algumas tarifas para atender às necessidades fundamentais do País, que são também as suas.

Exemplo:

Energia elétrica. Sabemos que estamos às portas do racionamento. Estamos com as tarifas abaixo do custo. Temos que construir linhas de transmissão, novas usinas. Para crescer é preciso que a produção de energia elétrica cresça.

Se não tivermos energia elétrica, as fábricas sofrem e cai o emprego. Você perde o seu emprego. Por outro lado, se não tivermos mais energia, não teremos mais fábricas, não teremos onde empregar mais gente, cai a produção.

O terceiro conjunto de medidas foi racionalizar a máquina administrativa e aumentar sua eficiência. O nosso objetivo não é despedir ninguém, mesmo porque eu tenho dito que o problema do Brasil não é o número de funcionários. Devemos racionalizar o aproveitamento dessa gente para que ela possa prestar à sociedade os serviços que a sociedade necessita e paga.

Tomamos medidas efetivas para a contenção dos gastos públicos. Todas as vezes que fazíamos alguma coisa, éramos acusados de não mexer no setor público. Mexemos. Extinguimos o BNH, atendendo a um clamor público.

Bastou esse fato para que divulgassem que íamos fazer o mesmo com as estatais.

Quero tranquilizá-los. O Brasil possui excelentes empresas estatais que prestam grandes serviços ao País e não é desejo do Governo acabar com elas.

Todos são testemunhas da austeridade e da honestidade do Governo. Não consertamos ainda tudo o que estava

errado, mas não podemos ser acusados do que estava errado.

Esta foi mais uma etapa do Plano Cruzado, que visa em seus grandes objetivos, como todos sabem, estabilizar a economia, combater a inflação, preparar o Brasil para o futuro.

Tentei reunir todas as forças nacionais para um pacto social. Seria uma maneira de fazermos as reformas por consenso de todos.

Durante um ano preguei no deserto. Não aceitaram. Fui obrigado a fazer as reformas sozinho.

Fizemos mais avanços no setor social do que as conquistas das traumáticas lutas que se verificaram nesse setor.

Não tenho motivos para mudar de opinião.

Todo o Brasil sabe que sou um homem aberto, tolerante, mas firme e corajoso na hora da decisão.

Desejo dizer que o Governo está aberto, tolerante, mas firme e corajoso na hora da decisão.

Desejo dizer que o Governo está aberto, a qualquer momento, para renovar suas propostas no pacto social, sem exclusão de ninguém. Temos exemplos de vários países que assim procederam e queimaram etapas.

A Constituinte está aí. A hora é de somar esforços, e não de dividir.

Estamos tratando da dívida externa.

Vamos negociá-la, mas sem jamais negociar o crescimento, o emprego do povo, o nosso progresso.

Quando assumi, encontrei o pacote da dívida pronto. A fórmula era a clássica, da recessão. Não fui por esse caminho.

Confiem no Presidente. Eu estou procurando fazer o melhor.

Estamos numa democracia. A discordância sempre existe, mas o método de divergir, de discordar não é o da violência, é o diálogo.

Convencer pelo argumento e não pela força.

Querer fazer greve, paralisar a produção, é aumentar a falta de mercadoria, o ágio, dificultar a vida do povo, esvaziar mais as prateleiras.

Vamos trabalhar em paz. Não há motivo para pânico. O Brasil é o País que mais progresso tem no mundo, cresce à taxa mais alta.

O Brasil adquire prestígio internacional.

O Brasil é a segunda democracia, com 70 milhões de eleitores.

Temos grandes tarefas.

Você votou bem, você ajudou o Brasil a continuar assim.

Você, brasileira e brasileiro, não pode esmorecer.

Você não pode ser instrumento na mão de pessoas que querem a política da terra arrasada, a mais arrasada das políticas.

A economia não é geometria. Ela tem que sempre ser ajustada. Mas será sempre ajustada para corrigir distorções e evitar dificuldades para os brasileiros.

Eu de minha parte vou cumprir com meu dever, serenamente, não permitirei jamais que o País seja envolvido no caos. Posso sofrer incompreensões, mas porque estou agindo com correção, seriedade, não de me fazer justiça. Até mesmo porque Mark Twain já dizia que o mundo não perdoa quem é vítima de uma injustiça.

O que quero é servir ao meu País. Só uma coisa o Presidente não tem o direito de fazer: deixar de cumprir com seu dever. Eu cumprirei.

Para isso Deus não me faltará com sua graça, e você, brasileira e brasileiro, com sua compreensão.